

---

# PROGRAMA DE ACÇÃO

e

NOTA BIOGRÁFICA

---

*Agostinho Charuto Ferreira*

Maio de 1998

*Eleição do Reitor da Universidade do Minho*

SUBSCRITORES DA PROPOSITURA

**PROGRAMA DE ACÇÃO**

**E**

**NOTA BIOGRÁFICA**

**LICÍNIO CHAINHO PEREIRA**

Maio de 1998

## SUBSCRITORES DA PROPOSITURA

- |  |                               |
|--|-------------------------------|
| • Lúcio Craveiro da Silva                    | Professor Catedrático         |
| • Júlio Barreiros Martins                    | Professor Catedrático         |
| • Vítor Manuel Aguiar e Silva                | Professor Catedrático         |
| • Carlos António Alves Bernardo              | Professor Catedrático         |
| • José Manuel Pereira Vieira                 | Professor Catedrático         |
| • Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão  | Professora Catedrática        |
| • Minoó Farhangmehr                          | Professora Catedrática        |
| • António José Marques Guimarães Rodrigues   | Professor Catedrático         |
| • José Manuel Martins Borges de Almeida      | Professor Catedrático         |
| • Artur Pedrosa Ferreira Mesquita            | Professor Catedrático         |
| • Acílio Silva Estanqueiro Rocha             | Professor Catedrático         |
| • José António Cadima Ribeiro                | Professor Catedrático         |
| • Moisés Adão de Lemos Martins               | Professor Catedrático         |
| • Cândido Manuel Varela de Freitas           | Professor Associado Convidado |
| • António Cândido Macedo Oliveira            | Professor Associado           |
| • Altamiro Barbosa Machado                   | Professor Catedrático         |
| • Mário Filipe Araújo Gonçalves de Lima      | Professor Associado           |
| • Luís Carlos da Silva Dutra                 | Presidente da AAUM            |
| • David Manoel de Souza Costa Leal           | Presidente da Mesa da RGA     |
| • Cláudio Sérgio Sousa Loureiro              | Estudante                     |
| • Pedro Miguel Pinto Magalhães Sampaio Sousa | Estudante                     |



- Ricardo Jorge Pereira e Silva Dias Sarmento
  - Filipe Alexandre Ferreira Mendes
  - Victor Francisco Mendes Freitas Gomes Fonte
  - Lilian dos Santos Reis
  - José Carlos Viana Gomes
  - Fernando José Fraga de Azevedo
  - Armando Maria da Cunha Osório de Araújo
  - Henrique Manuel Barreto Nunes
  - Maria Julieta Cruz Pereira
- Estudante  
Estudante  
Assistente Estagiário  
Leitora  
Assistente Estagiário  
Assistente  
Administrador dos Serviços  
de Acção Social  
Assessor  
Chefe de Repartição

## Programa de acção

### 1. Introdução

O Regulamento para a eleição do Reitor, aprovado em reunião plenária da Assembleia de Universidade, estipula que, para efeitos de eleição, deverão ser apresentadas proposituras, nas quais se deve incluir um programa de acção e uma nota biográfica do candidato.

Daí a razão do presente programa de acção, que procura estabelecer as principais linhas de orientação estratégica para o desenvolvimento da Universidade, em especial, nos próximos quatro anos.

Chegados ao termo do último mandato do Professor Sérgio Machado dos Santos como Reitor da Universidade do Minho (UM), é esta a altura adequada para repensar a Universidade e o seu desenvolvimento, criando dinâmicas ajustadas ao trabalho realizado, sem rupturas com as políticas em curso e, perspectivando os novos desafios da mudança e da renovação da Instituição. Nestes termos, são propostas no presente programa de acção as linhas programáticas do desenvolvimento que se pretende para a Universidade.

Como é sabido, a Universidade do Minho experimentou um crescimento sem precedentes nos últimos 13 anos. O número de estudantes au-

mentou, nesse período, 520%, e o orçamento ordinário cresceu 1560%, não levando em conta a inflação durante o mesmo período.

A Universidade reforçou uma *praxis* de gestão moderna e operacional que em muito contribuiu para um desenvolvimento rápido, mas sustentado, na prossecução dos seus objectivos fundamentais.

Em termos do número de alunos de formação inicial, a Universidade desenvolveu-se e cresceu a um ritmo acelerado, não só para fazer face à enorme pressão demográfica da região, mas também devido ao défice generalizado de oferta de vagas das universidades públicas, em especial na década de 80. Assim, o número de graduados pela Universidade do Minho, até ao presente, é de 8.750, tendo sido concedidos 793 diplomas de pós-graduação.

Reconhece-se que uma das consequências deste fenómeno – a crescente massificação do ensino universitário – foi um abaixamento global da qualidade de uma larga faixa de alunos, colocados no primeiro ano da Universidade, de que resultou, nalgumas áreas, uma taxa elevada de insucesso, em especial nalgumas disciplinas fundamentais dos primeiros anos. Esta expansão, pese embora o esforço e os investimentos feitos pela Instituição na vertente pedagógica, não deixou também de ter consequências na qualidade do ensino.

O aprofundamento de uma política que estimule a inovação pedagógica e a qualidade do ensino/aprendizagem é assumido como uma das prioridades da Universidade do Minho, no período do mandato em análise.

Por outro lado, a crescente exigência da produção de publicações científicas de qualidade, designadamente para a progressão da carreira docente, e a enorme competição que se estabeleceu a nível nacional e internacional na captação de receitas para investir na investigação (bolsas, bibliografia, equipamentos, pessoal qualificado, tempo e meios para a própria gestão) levantam desafios específicos que importa enfrentar de maneira organizada. Acresce que o envelhecimento progressivo do parque instrumental financiado pelo programa Ciência, tem tornado difícil a manutenção de um elevado nível de excelência, em matéria de realização científica actualizada e competitiva. Assinale-se, a propósito, que Portugal é o País da União Europeia com a mais baixa taxa, em termos de % do PIB, não só em despesas com I&D, mas também com pessoal ligado a I&D e que, para além disso, continuam a verificar-se fortes assimetrias regionais nos financiamentos nacionais para a investigação.

A Universidade do Minho vê-se, assim, obrigada a conciliar as crescentes exigências da qualidade pedagógica com as da difícil competição para a excelência da investigação, em condições desfavoráveis relativamente a grande parte dos seus parceiros da União Europeia.

A melhoria qualitativa da docência e da investigação, consideradas como duas realidades indissociáveis pela *Magna Carta das Universidades Europeias*, constitui o maior desafio que teremos que enfrentar a curto prazo, através de mecanismos de organização e gestão suportados por políticas coerentes e estruturantes que nos mantenham no grupo das melhores universidades portuguesas e internacionais.

Em matéria de desenvolvimento estratégico, a Universidade, com cerca de 14.800 estudantes no presente ano lectivo, e ainda com alguns



cursos não estabilizados, necessita de moderar e consolidar o seu crescimento, apostando em projectos estratégicos e inovadores. Relativamente aos cursos de licenciatura já oferecidos, e numa óptica de melhoria da qualidade do ensino ministrado, é importante re-avaliar e re-estruturar aqueles que maiores dificuldades revelem em atrair bons alunos e/ou penetrar no mercado de trabalho, através de critérios que assentem em estudos credíveis e em resultados da avaliação dos mesmos cursos.

Esgotados quase integralmente os objectivos previstos no planeamento para o período de 1994/99, a Universidade necessita de repensar a sua expansão, estabelecendo um plano de desenvolvimento institucional (presentemente já em fase de definição) e exequível, no seu essencial, até ao ano lectivo 2002/2003.

Por outro lado, a Universidade deve estar atenta aos sinais de mudanças e tendências no Ensino Superior Universitário, nomeadamente à importância da formação contínua e da formação a distância, e à crescente relevância da pós-graduação, de modo a contrariar fenómenos que possam conduzir a uma redução do número de bons alunos candidatos a cursos da UM, por razões demográficas e de diversidade de novas ofertas. Estimular a livre crítica e a adaptação a cenários de mudança na Universidade, sendo esta capaz de antecipar novas oportunidades, são princípios inalienáveis, num contexto de rápidas mutações da sociedade.

Acresce ainda que, numa Universidade de funcionamento bipolar, há necessidade de encontrar respostas específicas que reiterem os avanços na consolidação dos dois pólos universitários e que, ao mesmo tempo, fortaleçam uma cultura institucional, associada a uma dinâmica estratégica coerente, que reforce a unidade e a coesão da Universidade do Minho.

Nesta medida interessa prosseguir uma descentralização progressiva, e sem rupturas, de valências de carácter administrativo, em benefício dos utilizadores do *campus* de Gualtar e do *campus* de Azurém, e, igualmente, acompanhar e estimular a autonomia das Escolas.

Não menos importante será assegurar as necessárias condições para uma eficaz gestão dos projectos de ensino, com o apoio dos Conselhos de cursos e Direcções de curso, em articulação com as Escolas e os Departamentos.

Em termos de relacionamento com a sociedade, será prosseguida uma política de estreita cooperação com a região, em especial com as empresas, autarquias, instituições de carácter sócio-cultural e outras instituições de ensino superior e de desenvolvimento científico-tecnológico.

## 2. Objectivos programáticos

Analisaremos de seguida algumas das ideias-força de aprofundamento e de desenvolvimento estratégico, aos vários níveis das funções da Universidade. Convém, desde já, assinalar que muitas das medidas propostas estão em fase de estudo e inseridas em políticas que têm vindo a ser amplamente debatidas e já aprovadas na Universidade nos últimos tempos, as quais nos caberá concretizar e desenvolver.



As medidas programáticas propostas são as seguintes:

- 2.1 Definição e promoção de uma política de inovação pedagógica;
- 2.2 Concretização de uma política de apoio institucional à melhoria da investigação científica;
- 2.3 Reforço da Universidade como uma Instituição de Cultura;
- 2.4 Consolidação das actividades de pós-graduação;
- 2.5 Operacionalização de uma política de formação contínua;
- 2.6 Aprofundamento da cooperação Universidade-Sociedade;
- 2.7 Internacionalização da Universidade;
- 2.8 Aumento da segurança e qualidade de vida na Universidade;
- 2.9 Eficácia da gestão administrativa, financeira e patrimonial;
- 2.10 Reforço da acção social aos estudantes;
- 2.11 Apoio a iniciativas dos estudantes;
- 2.12 Promoção de uma cultura de qualidade total na Universidade;
- 2.13 Desenvolvimento estratégico a curto/médio prazo.

### Definição e promoção de uma política de inovação pedagógica

A melhoria da qualidade do ensino tem constituído uma preocupação permanente da Universidade do Minho, tendo sido postas em prática, nos últimos anos, várias linhas de actuação conducentes a esse objectivo. A nível dos cursos de formação inicial, a gestão do processo de ensino/aprendizagem é feita através de órgãos próprios, envolvendo professores e estudantes, nos Conselhos de cursos, e Comissões de curso, presididas pelo respectivo Director de curso. Apesar da elevada prioridade institucional dada ao vector ensino/aprendizagem, continuam a verificar-se altas taxas de retenção de estudantes no sistema, por razões variadas, que importa reflectir e analisar criticamente. É certo que vários factores escapam ao controlo da Universidade. Na verdade a instituição não pode, à partida, escolher os seus alunos, dependendo, a montante, do sistema de acesso nacional. No entanto, a nova lei do financiamento vem introduzir novas exigências em matéria de eficácia académica, que urge analisar em profundidade. A Universidade terá que ser capaz de formular estratégias de actuação que enriqueçam a qualidade dos seus graduados, e que atraiam, cada vez mais, os melhores alunos para os seus cursos.

Neste sentido reforçar-se-ão os meios afectos aos Conselhos de cursos e Direcções de curso para uma melhoria das suas capacidades de intervenção. A figura de Director de curso deverá estar no centro da qualidade do respectivo projecto de ensino/aprendizagem, devendo este ser ouvido explicitamente em matéria de número de estudantes do primeiro ano, naturalmente em sintonia com o respectivo Conselho de cursos, Escolas e



Conselho Académico e no âmbito da política global de *numeri clausi* da responsabilidade do Reitor.

Preconiza-se ainda uma maior intervenção dos Conselhos de cursos, em acções extra-curriculares que contribuam para uma melhor formação dos estudantes.

A preocupação crescente pela empregabilidade dos licenciados saídos das Universidades com a sua integração no sector produtivo, constituirá uma forte preocupação a enfrentar pela instituição universitária para os próximos anos.

Por isso, a criação de um Observatório da trajectória dos licenciados na sua vida profissional, cujo *feedback* possa vir a melhorar estruturalmente o sistema, e bem assim como a implementação de um Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais, constituem dois importantes instrumentos que se pretendem operacionalizar, com vista a um maior sucesso dos jovens diplomados da Universidade do Minho no mercado de emprego. Esta abordagem vem na linha do que se preconiza na publicação conjunta da CRE (Associação Europeia de Universidades) e da UNESCO *A European Agenda for change for Higher Education in the XXIst century*, onde se propõe que "... as Universidades deverão ter que alterar a sua função e missão, no sentido de uma maior focagem do ensino e da investigação para o mundo do trabalho, nomeadamente, através de parcerias e outros acordos com o Governo e as Empresas e outras instituições ...".

De modo a aumentar o prestígio da Universidade do Minho no que diz respeito ao sucesso dos seus graduados, será formulada, uma política de inovação pedagógica, com o objectivo de melhorar a qualidade e eficácia do sistema, através de um estudo que identifique claramente os estrangula-

mentos e os pontos fracos do processo, e que contribua para se poder actuar, decisiva e firmemente, na sua melhoria.

As recomendações da auditoria de qualidade institucional, realizada pela CRE, bem como as de outras instâncias de avaliação e de acreditação dos cursos da Universidade do Minho, deverão ser atenta e criticamente analisadas e ponderadas. Essa política terá que ser, naturalmente, objecto de ampla discussão interna, e contar com a sua legitimação nos órgãos competentes da Universidade.

É sabido que qualquer actuação no sentido de reforçar qualidade do ensino *versus* qualidade de investigação, será sempre questionável pela academia. Para uma melhoria qualitativa global nesta matéria, entendemos que a Universidade terá que saber, não só conciliar as prioridades do ensino e da investigação, numa perspectiva correcta da sua própria articulação, como também actuar na problemática das exigências curriculares para a promoção académica. Dada a sensibilidade destas medidas, será importante uma coordenação institucional do sistema global da inovação pedagógica.

### Concretização de uma política de apoio institucional à melhoria da investigação científica

Recentemente foi aprovado no Senado um documento estratégico destinado a melhorar a qualidade da investigação científica da UM.

Propomo-nos implementar progressivamente as linhas de orientação aí consignadas, de modo a conseguir-se uma melhoria significativa no



desempenho da Universidade, em matéria de investigação científica e tecnológica.

Os aspectos principais a ter em conta têm a ver com os financiamentos da investigação, com a sua organização, com o apoio a nível institucional, com o reforço da captação de bolsiros e, ainda, com a necessidade de uma melhor imagem da investigação da Universidade do Minho junto das Agências financiadoras e União Europeia. É evidente que a internacionalização da investigação e a participação da Universidade do Minho em redes científicas de prestígio internacional serão componentes imprescindíveis para o desenvolvimento qualitativo que se espera para as nossas Unidades de I&D.

A Universidade tem vindo a dar apoio financeiro aos Centros de I&D e, tal política, será prosseguida numa base de apoio complementar ao do Ministério da Ciência e da Tecnologia, usando economias de escala conseguidas na execução do Orçamento Ordinário e com algumas receitas provenientes de *overheads* institucionais.

Apoios específicos a visitas de trabalho, para negociação de projectos/contratos de investigação, poderão também vir a ser considerados, mediante propostas concretas submetidas à Reitoria, em especial na fase de preparação de candidaturas ao próximo Programa Quadro de IDT.

Adicionalmente, o Vice-Reitor para a Investigação dará uma particular atenção à dinamização das Unidades de I&D, com vista à captação de bolsas de doutoramento, bolsas de pós-doutoramento, e bolsas para cientistas convidados, o que se considera de fundamental importância para uma melhoria qualitativa do desempenho destas Unidades.

O apoio técnico-administrativo aos projectos passa por várias fases que deverão ser objecto de regras claras quanto às metodologias postas em prática. Em primeiro lugar, as Unidades de I&D e os seus investigadores necessitam de informação atempada e tratada para a definição estratégica da sua carteira de projectos, sector onde se criarão condições para reforçar esta valência.

Será disponibilizado apoio técnico na fase das candidaturas, de preferência por campos especializados, em especial no que se refere ao entendimento dos regulamentos das entidades financiadoras e sua articulação com as normas da Administração e, em casos que se justifique, na própria formulação e negociação dos termos dos contratos.

Na fase de preparação dos relatórios financeiros dos contratos será garantido o apoio do sector contabilístico-financeiro, de modo a articular correctamente os termos dos contratos e a legalidade das despesas, designadamente através de regras claras de imputação de despesas gerais e custos de amortização e de manutenção de equipamentos.

Um estudo para a definição de custos gerais dos projectos será preparado pela Administração, com o fim de garantir uniformidade de critérios e rigor nesta matéria.

Às Unidades de I&D é assegurado apoio administrativo, de modo a libertar os investigadores para a concretização dos projectos e outras actividades especializadas.

O apoio à melhoria da investigação passa também por continuar uma política activa de formação de pessoal docente, criando condições financeiras e operacionais para que os assistentes estagiários e os assistentes se



possam rapidamente valorizar, com a obtenção dos graus de mestre e de doutor. A formação de recursos humanos, actualizados e diversificados, em proporção cada vez mais significativa, constitui um requisito fundamental para o desenvolvimento e para a renovação científico-pedagógica de qualquer Universidade.

Procuraremos, assim, continuar esta política, que há muito tempo é seguida na Universidade do Minho, com resultados indiscutíveis, incentivando a procura de bolsas e facilitando as equiparações a bolseiro, bem como a contratação directa de pessoal com doutoramento, tendo como meta um aumento da percentagem de docentes doutorados, relativamente ao todo do grupo de docentes de carreira da Universidade.

A jusante, espera-se que um melhor desempenho na qualidade do ensino/aprendizagem e na organização da investigação, ajudem a criar uma progressiva melhoria global das condições de trabalho dos docentes/investigadores, propiciadoras de níveis de exigência competitiva compatíveis com uma Universidade de prestígio.

### **O reforço da Universidade como uma Instituição de Cultura**

As Universidades são, pela sua natureza, centros de cultura e incubadoras de diversidade cultural. Esta é uma dimensão sempre presente nas actividades da Universidade, em particular, ao nível das Escolas, nas suas actividades de ensino, investigação e extensão.

Neste contexto é de sublinhar a crescente acção cultural, recreativa e artística levada a cabo pela Associação Académica e por outras instituições nascidas no seio da academia, de que constituem bons exemplos, a ARCUM (Associação Recreativa Cultural Universitária do Minho) e a RUM (Rádio Universitária do Minho).

A nível institucional a Universidade criou e dinamizou o Conselho Cultural, o qual, através da acção das suas várias Unidades, promove anualmente um programa de actividades de inequívoco impacto para a Universidade e para a região.

Refira-se, a propósito, que o novo pólo da Biblioteca Pública de Braga (BPB) vai contribuir a breve prazo para o alargamento da rede de leitura pública, e, ao mesmo tempo, permitir a descompressão dos espaços da BPB.

A recente criação da Fundação Bracara Augusta, promovida pela Câmara Municipal de Braga, pela Universidade do Minho, pela Igreja Diocesana e pela Faculdade de Filosofia de Braga, virá decerto, também, no âmbito das suas actividades, enriquecer culturalmente a cidade.

Espera-se igualmente que o futuro Museu D. Afonso Henriques, a criar em Guimarães, com o apoio da Universidade e de outras Instituições, venha a afirmar-se, naquela cidade, como um pólo inovador de dinamização cultural.

É propósito desta candidatura reforçar o papel desempenhado pela Universidade no campo da cultura, apoiando actividades neste domínio promovidas por toda academia, e, de uma maneira geral, pelas instituições e associações locais de carácter artístico e cultural.



### Consolidação das actividades de pós-graduação

A Universidade conseguiu ultrapassar nos últimos anos a taxa de 7% de alunos de pós-graduação, relativamente ao total dos alunos inscritos.

Esta meta tem condições para aumentar globalmente até cerca de 10% nos próximos anos.

Foram já dados passos significativos na clarificação da gestão académica a este nível, com a criação de Secção Autónoma de Pós-graduação.

Entende-se, contudo, ser importante uma maior reflexão sobre todo este sistema que deve ser avaliado criticamente. Torna-se relevante para a imagem e para o próprio *marketing* da Universidade, a publicação anual do calendário dos Mestrados que funcionarão efectivamente em cada ano lectivo, a publicação anual do Guia da pós-graduação, bem como a publicitação das taxas de sucesso e duração efectiva dos cursos de Especialização e de Mestrado.

Não menos importante será a elaboração de um catálogo com a oferta dos domínios de doutoramento, coordenadas de contacto, e outras informações relevantes, no sentido de captar estudantes de doutoramento, a realizar na nossa Universidade. Procuraremos que a informação disponível na Internet, referente aos cursos de licenciatura, seja agora complementada, e actualizada periodicamente, com os cursos de Mestrado e listagens de domínios de doutoramentos, pelo menos em língua inglesa (catálogo de pós-graduação da UM)

A Universidade deve também estar atenta à problemática dos cursos de doutoramento, não só porque haverá possibilidades de uma melhor articulação entre a parte curricular dos Mestrados com os programas de doutoramento, como também pelo facto dos programas de doutoramento possibilitarem a captação de mais e melhores estudantes (em particular, da União Europeia) para a Universidade do Minho.

Enquanto este assunto não for clarificado legalmente, a nível nacional, entendemos que haverá vantagens em promover cursos de mestrados europeus, envolvendo redes de Universidades, em temas concretos, que projectem o prestígio e a qualidade da Universidade do Minho nesta vertente de pós-graduação, nomeadamente com o apoio do Programa Sócrates/Erasmus.

Para induzir uma dinâmica de qualidade na pós-graduação desenvolvida na Universidade do Minho será igualmente criado um *Centro de Estudos Avançados*, que funcionará como um *forum* de debate científico, de promoção de seminários e de conferências em áreas científicas de ponta, para cujas actividades serão convidados especialistas de dimensão internacional, em especial nos campos em que a Universidade do Minho desenvolve, ou pretende vir a desenvolver, programas de doutoramento e mestrado ou outras acções de pós-graduação.

### Operacionalização de uma política de formação contínua

A globalização da economia e a crescente evolução para uma sociedade do conhecimento vieram criar novas oportunidades às Universidades,



à partida, bem colocadas para a promoção da formação contínua de vários sectores da sociedade.

A importância que este tipo de educação vai ter no futuro pode contribuir para sustentação das Universidades mais dinâmicas neste vector, ou por outro lado, acentuar as fragilidades das instituições de Ensino Superior que não entendam as mudanças estratégicas a operar neste campo.

A Universidade do Minho tem acumulado alguma experiência em acções pontuais de formação contínua mas necessita de se estruturar de modo coerente para poder competir eficazmente neste domínio.

A título de exemplo, a formação contínua de professores, realizada, quer nas instalações da Universidade do Minho, quer nas escolas e associações de escolas da região, tem vindo a ser prosseguida com alguma regularidade, no âmbito do programa FOCO, em acções de aprofundamento científico/didáctico e na vertente da formação especializada e de profissionalização em serviço, dos professores dos ensinos básico e secundário.

No entanto, não existe ainda uma oferta sistematizada, capaz de responder à procura previsível de formação contínua que outras profissões, nomeadamente os engenheiros, juristas e empresários, induzirão no futuro próximo.

A importância deste tema exige uma reflexão interna e a operacionalização de uma política institucional que saiba defender os interesses da Universidade do Minho e enfrentar a fortíssima competição que já se está a gerar neste tipo de serviço educacional.

Em termos genéricos podemos encarar dois níveis diferenciados de oferta da formação contínua. Um primeiro nível é constituído por acções de curta duração – de alguns dias a um semestre – claramente dominado pela procura e desenvolvido em sintonia com o mercado. Embora de curta duração, estas acções podem articular-se de forma coerente, seguindo uma metodologia de acumulação de créditos, que permita a base suficiente para a concessão de um diploma de especialização, ou mesmo, de um grau académico.

Dada a forma específica como tem de ser organizado um serviço desta natureza, será necessário assegurar que a sua gestão conte com uma estrutura especializada e com forte capacidade de diálogo e negociação com o exterior, podendo esta receber um forte impulso da TecMinho, já com alguma experiência nesta área, e contar com o apoio da futura Fundação Carlos Lloyd Braga da Universidade do Minho.

Num segundo nível, colocam-se as acções de formação contínua de média duração, de um a dois anos, nas quais os cursos de Especialização e de Mestrado, da iniciativa das Escolas/Institutos, deverão inserir-se, sem prejuízo da sua eventual articulação à estrutura de formação contínua, quando tal se revelar vantajoso.

Finalmente, e a este respeito, a Universidade necessita também de criar as infraestruturas e as metodologias adequadas para desenvolver este tipo de formação alternativa, designadamente ao nível das tecnologias multimedia e de outras tecnologias de formação a distância. Neste contexto, o Centro de Tecnologias Multimedia, em fase de organização na Universidade, deve aproveitar a experiência e as competências já desenvolvidas nalguns sectores, nomeadamente nas áreas das Novas Tecnologias de Infor-



mação e Comunicação, em projectos desenvolvidos pelo Centro de Informática, e pelas áreas da Tecnologia Educativa, da Comunicação Social, da Informática, entre outras.

### **Aprofundamento da cooperação Universidade-Sociedade**

A cooperação da Universidade com a comunidade da região, especialmente com os sectores cultural, educacional, social e económico, foi especialmente estimulada e desenvolvida, desde a criação da Instituição. Aliás, a prestação de serviços directos à comunidade, numa base de valorização recíproca, constitui um dos objectivos da Universidade do Minho, conforme estipulado nos seus estatutos.

É esta filosofia de aproximação à região que também justificou a participação, por convite, de um grande número de destacadas personalidades no Senado e no Conselho Cultural da Universidade.

É igualmente esta atitude de abertura ao exterior que tem permitido que um grande número de cursos de licenciatura se completem com a efectivação de um estágio obrigatório, realizado numa empresa.

Prosseguindo uma política de progressiva interacção com a sociedade, a Universidade do Minho viu-se confrontada com uma procura crescente de serviços especializados, razão pela qual aprovou, recentemente, no Senado um documento orientador nessa matéria.

De modo a atingir os objectivos a que se propõe, a Universidade do Minho procurará desenvolver a sua política de cooperação com a socieda-

de, no espírito dos princípios orientadores aprovados, tendo como preocupação a sua quota-parte no desenvolvimento sócio-cultural e económico da região, numa base de valorização recíproca. Assim, propomo-nos aumentar a qualidade e o universo da cooperação, fundamentalmente através de dois instrumentos:

- a) A implementação de protocolos de cooperação entre a Universidade e as instituições exteriores, em domínios de claro interesse cultural, social, científico e tecnológico;
- b) A participação da Universidade em associações de interface com o exterior que contribuam para os objectivos prosseguidos. Estão neste caso, designadamente, as Agências de Desenvolvimento na região (em fase de arranque), e outras associações privadas sem fins lucrativos de que somos sócios fundadores, tais como, a TecMinho, o Idite-Minho, o ICTPOL (Instituto de Ciências e Tecnologias dos Polímeros), o CEJUR (Centro de Estudos Jurídicos), o IDARN (Instituto de Desenvolvimento Agrário da região Norte), a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia, entre outros.

Dado o crescente envolvimento da Universidade do Minho com o exterior, torna-se necessário rever a regulamentação desta prestação de serviços especializados, problemática esta que deve ser acompanhada ao nível das respectivas Escolas/Centros envolvidos na cooperação, sem prejuízo de uma coordenação institucional.

Finalmente a acção da Fundação Carlos Lloyd Braga, em muito irá contribuir para uma visão integrada e enriquecedora da cooperação Uni-



versidade-exterior, tendo como fim último o desenvolvimento da Universidade e da Sociedade.

### Internacionalização da Universidade

O mercado único europeu, com uma moeda única no futuro, constituem factores que irão contribuir, de forma irreversível, para a intensificação da competitividade neste espaço, não só no mundo dos negócios, mas também entre as Instituições de Ensino Superior.

Competição pelos melhores estudantes, competição pelos financiamentos da investigação, competição por bons professores e investigadores e competição para a própria empregabilidade dos nossos jovens graduados e pós-graduados.

A Universidade do Minho definiu uma política de internacionalização que irá intensificar e tornar cada vez mais eficaz, não só no campo da internacionalização do ensino, como igualmente na vertente da investigação científica, procurando estabelecer programas de intercâmbio incentivadores da qualidade dos projectos.

À Universidade exige-se que encontre soluções para promover uma forte e dinâmica mobilidade académica, dentro de projectos criativos, usando, tanto quanto possível, os apoios a que, por direito, pode aspirar, nos concursos comunitários. Compete-lhe naturalmente contribuir para favorecer a dimensão europeia, sem deixar de assumir, ao mesmo tempo, um papel fundamental na promoção da nossa língua e da nossa cultura.

Acrescente-se que a dimensão internacional da Universidade do Minho não se pode limitar, obviamente, ao espaço europeu, devendo reforçar a sua posição na cooperação com os Países e Universidades de Língua Portuguesa, bem como a cooperação já existente com os EUA, Canadá, América Latina, Macau e outros Países da Bacia do Pacífico, etc., mediante metodologias claras e procedimentos contratuais que prestigiem internacionalmente a Instituição.

Finalmente não podemos deixar de salientar que o reforço das redes de mobilidade académica de ensino graduado e pós-graduado e o envolvimento crescente em programas de cooperação transnacional de investigação científica constituirão marcos essenciais para a projecção e para o *marketing* da UM.

### Aumento da segurança e qualidade de vida na Universidade

A segurança e a qualidade de vida no *campus* de Braga, no *campus* de Guimarães, e em todas as instalações da Universidade do Minho, constituem factores preponderantes para o bom desempenho da Universidade, nas suas múltiplas funções.

A segurança contra incêndios, inundações ou outros sinistros, e contra a intrusão e outros factores que possam afectar pessoas, edifícios, equipamentos e sistemas de informação, deve obedecer a um plano geral, organizado em moldes profissionais, com uma estrutura técnica adequada e que possa ser implementado na Universidade do Minho, em todos os seus sectores. Este plano geral, presentemente já em fase de estudo, será progressi-



vamente materializado, de acordo com um calendário de acções a operacionalizar em todas as instalações da U.M.

A qualidade de vida que se pretende melhorar, tem a ver, designadamente, com a vivência normal nas instalações, em particular com as condições de acesso às mesmas, com regras claras quanto às condições de utilização dos parques de estacionamento, com a qualidade e quantidade de espaços de trabalho, de convívio e de lazer, com o conforto ambiental, com a humanização no atendimento dos vários serviços, etc. Todas estas condições deverão contribuir para a manutenção de um clima atractivo no dia a dia dos docentes, dos funcionários e dos estudantes, no seu local de trabalho.

É importante concretizar uma adequada organização da gestão dos campos de Gualtar e de Azurém, que resolva problemas que aí se põem no dia a dia. Esta organização deve ter o apoio institucional, com níveis operacionais de actuação bem definidos, e onde possam intervir os representantes dos utentes.

### **Eficácia na gestão administrativa, financeira e patrimonial**

Com a recente aprovação do quadro de pessoal não docente e com a integração de grande número de funcionários, que vinham exercendo funções na Universidade a título precário, o total de funcionários em funções, aproxima-se bastante do número padrão dos não docentes fixados pela tutela.

Assinale-se que o elevado profissionalismo da vasta maioria dos docentes e funcionários da U.M. e os métodos de gestão postos em prática nos últimos anos, designadamente no que se refere à introdução da contabilidade analítica, têm aumentado a eficácia da Administração, pese embora o aumento substancial de novos projectos e outras exigências adicionais.

Contudo torna-se necessário uma adequada re-estruturação da Administração (em fase de preparação), a qual deve passar por mecanismos credíveis de controlo interno e ajustar-se às novas realidades previstas na lei, em particular no que concerne às Leis 252/97, 113/97 e 98/97, e à demais legislação aplicável da Contabilidade Pública.

A título de exemplo, a Lei n.º 252/97 veio trazer uma maior flexibilização na gestão mas obriga a um maior controlo dos procedimentos, dada a obrigatoriedade da Universidade promover auditorias externas, a realizar por empresas independentes e de reconhecido mérito.

Em matéria de recursos humanos não docentes, ultrapassada a etapa de aprovação do quadro de pessoal e o lançamento dos concursos (em fase de execução), cabe um papel essencial à Administração, no que concerne à formação dos funcionários, sendo, a este respeito, importante ouvir a Associação de Funcionários da Universidade. De modo a assegurar um corpo de funcionários motivados, haverá que prosseguir uma política de promoção de cursos de formação contínua e outras actividades de qualificação que lhes permitam a preparação para a mudança e para o progresso nas respectivas carreiras. A formação ministrada por instituições exteriores para tal acreditadas, realizada no local de trabalho, e a formação que se pode obter na própria Universidade, são alguns dos aspectos essenciais para incentivar a valorização do pessoal não docente. Não menos importante será a



actualização periódica dos quadros, conforme já legalmente estipulado na lei e a que se procurará dar uma resposta adequada.

A aproximação dos serviços aos utilizadores ter-se-á que processar à medida que as infraestruturas nos Campos o permitam. Alguns procedimentos, devem, no entanto, ser, desde já, adoptados no sentido de evitar situações de demoras injustificadas ou de falhas de comunicação. Entre estes, e conforme já referido, reforçar-se-á o apoio técnico-contabilístico aos contratos de investigação, por articulação entre os níveis de funcionamento da Contabilidade e dos núcleos de apoio técnico( incluindo o Gabinete de Apoio a Projectos – GAP) e outros núcleos de apoio das Escolas/Centros à gestão de contratos, em todas as áreas.

Em particular, no que se refere ao *campus* de Azurém, torna-se urgente dar um maior apoio aos utentes a nível dos serviços prestados pela Tesouraria e pela Contabilidade.

A revolução dos sistemas de informação e da comunicação está a provocar alterações significativas nas universidades, quer ao nível do ensino e da investigação, quer no que concerne aos processos de gestão.

Torna-se cada vez mais importante que a informação circule rapidamente através de canais de acesso funcionais e de fácil utilização por todos os agentes envolvidos( docentes, funcionários, estudantes).

Interessa sobremaneira que seja operacionalizada e partilhada uma rede integrada de comunicações, em fase de adiantada organização na Universidade do Minho, permitindo uma ligação eficaz entre as Escolas, Reitoria, Administração e demais Unidades e órgãos e o exterior, encurtando os tempos de tratamento dos dossiers e desburocratizando a gestão.

Será igualmente incentivada a realização de reuniões e de cursos breves, conduzidos pela Administração, destinados aos técnicos superiores e a outro pessoal técnico e administrativo de apoio, sediados em Gualtar, em Azurém e no Instituto de Estudos da Criança, que tenham responsabilidades de gestão administrativa e financeira, nas várias unidades e órgãos aí existentes.

A nível da gestão patrimonial é urgente a actualização do inventário, sendo imprescindível a existência de dossiers de equipamento que permitam imputar custos de amortização e de manutenção, em conformidade com as exigências dos contratos de I&D.

Em termos globais deve prosseguir-se uma política de flexibilização e descentralização, sem deixar de se definirem inequivocamente os diversos níveis de responsabilização pela gestão, em especial, a financeira, de modo a que os processos de auditoria à Instituição venham a ser encarados como mecanismos pedagógicos de melhoramento da qualidade da gestão e não instrumentos impopulares e de carácter punitivo.

### Reforço do apoio social aos estudantes

No que diz respeito ao apoio social aos estudantes da Universidade do Minho, um longo caminho já foi percorrido, em especial na construção de infraestruturas de apoio: residências, restaurantes, instalações desportivas e espaços de convívio.

Em matéria de alojamento espera-se que a construção de mais uma



residência, anexa ao *campus* de Azurém, seja suficiente para os próximos anos, dado o equilíbrio expectavelmente conseguido com a oferta de alojamento privado, em Guimarães.

Por outro lado, a capacidade de alojamento em Braga experimentará um salto quantitativo importante, após a conclusão, para breve, da residência de Lamações.

Importa agora construir, nos dois campos, residências para professores e investigadores visitantes, cujo número tende a aumentar com o crescimento dos intercâmbios em curso e previstos proximamente.

Note-se que estas residências poderiam reforçar as já existentes, para a promoção de cursos de Verão, sector onde a Universidade do Minho dificilmente pode competir se não tiver acesso a alojamentos desta categoria, nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

Relativamente ao apoio no sector da alimentação, a conclusão do restaurante do pólo de Gualtar dotará este *campus* de infraestruturas modernas, capazes de satisfazer a procura a curto e a médio prazo.

O apoio à prática desportiva, iniciado com a construção do Pavilhão de Gualtar, será complementado com a construção de um Pavilhão desportivo e de um Campo de ténis, em Azurém – cujos projectos já estão em curso – e com o aproveitamento da colina, a norte do *campus* de Gualtar, para actividades de desporto, lazer e manutenção.

No domínio dos próprios Serviços da Acção Social, procurar-se-á, ainda, instalar a sua sede, em Gualtar, inserindo neles também os Serviços de Reprografia, para os quais se pretende uma dinâmica de eficácia e diver-

sificação, capaz de dar resposta à procura de toda a comunidade académica, e de poder vir ainda a servir de embrião a uma editorial da Universidade.

### Apoio a iniciativas dos estudantes

A Associação Académica, sediada na rua D. Pedro V, tem vindo a partilhar os seus espaços com numerosos agrupamentos de carácter cultural e recreativo, sectores onde os estudantes da Universidade do Minho têm revelado um forte dinamismo.

Dar-se-á um impulso considerável nas condições de vida da Associação Académica com a construção da sua sede definitiva, com as valências e a dignidade que a AAUM justifica, no *campus* de Gualtar, construção agora encarada como certa, a partir de financiamento já consignado para o efeito, no âmbito da lei do financiamento.

Para além destes aspectos, há outros de não menos importância como seja o das bolsas (em fase de expansão), e os patrocínios a iniciativas de carácter cultural, desportivo, artístico e recreativo, em curso, ou a promover pela Associação e por grupos independentes criados no seio da academia, através de apoios concedidos, de acordo com regras e montantes, a definir pelo Conselho de Acção Social.

Serão incentivadas e apoiadas, igualmente e na medida do possível, iniciativas de cursos e de grupos de estudantes que tenham em vista, designadamente, contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho, para a qualidade do ensino e para aumentar a mobilidade de estudantes entre a



nossa Universidade e as Universidades e empresas de outros Estados, em especial dos da União Europeia e de Países de Língua portuguesa.

### Promoção de uma cultura de qualidade total na Universidade

A avaliação e o financiamento das Universidades constituem hoje instrumentos fundamentais para o reforço da sua autonomia. A Universidade do Minho, tem adoptado na vertente de avaliação uma atitude inovadora que interessa prosseguir e reforçar. No capítulo da avaliação do ensino/aprendizagem, a Universidade do Minho aderiu, de imediato, à experiência-piloto de avaliação promovida pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), integrando-se, de seguida, na avaliação desenvolvida pela Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), no âmbito da Lei n.º 38/94. Para além disso, tem vindo a promover, de modo sistemático, inquéritos aos alunos sobre a qualidade do ensino ministrado e a incentivar os melhores estudantes com a atribuição de prémios anuais.

Na vertente de I&D, a Universidade, através dos seus Centros/Institutos de Investigação, é avaliada, projecto a projecto, pelas Instituições financiadoras (Fundação para a Ciência e Tecnologia, Comissão Europeia, etc), e as suas Unidades de I&D são examinadas por peritos externos, num exercício levado a cabo pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia. Neste contexto, muito há a esperar das análises e recomendações dos Conselhos Consultivos, criados recentemente nas Unidades de I&D, financiadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

A Universidade entendeu, também, que deveria aderir ao programa de avaliação da sua qualidade institucional, no âmbito do “CRE Audit Programme”, da Associação Europeia de Universidades, avaliação já terminada e objecto de publicação pela Universidade do Minho, com a qual se obteve uma opinião externa e fundamentada sobre os pontos fortes e pontos fracos da sua qualidade institucional (Ensino, I&D, Gestão).

Uma atenção muito especial vai ser dada às recomendações feitas pelos auditores da CRE, promovendo-se a sua discussão e análise, aos vários níveis das funções da Universidade do Minho, com o fim de consolidar o trabalho já conseguido e inovar e modernizar globalmente a Instituição.

Para além deste esforço de avaliação, a Universidade do Minho pretende continuar a promover a acreditação dos seus cursos, através das Ordens ou de outras Associações Profissionais equivalentes.

Em matéria de gestão administrativa e financeira, a Universidade do Minho irá proceder, conforme já atrás referido, de modo sistemático, a auditorias anuais externas, com o sentido de reforçar o rigor e a transparência da sua gestão orçamental, e ao mesmo tempo flexibilizar procedimentos administrativos.

Desta forma a Universidade pugnará para que as suas actividades sejam avaliadas por profissionais externos e independentes, promovendo uma cultura de qualidade total, de modo a consolidar a sua autonomia e o seu prestígio nos planos nacional e internacional.

Sem prejuízo da acção normal e estatutária das Unidades e Órgãos, será proposta a criação de um lugar de Provedor Académico, personalidade que terá por função principal contribuir para a defesa e protecção dos direi-



tos e interesses legítimos de todos os membros da comunidade universitária.

A sua acção será desempenhada com isenção e independência, mediante a apreciação de reclamações que lhe sejam dirigidas. Para o efeito, o Provedor tem a capacidade de emitir pareceres e fazer recomendações aos órgãos competentes, sobre as reclamações aceites, de acordo com as normas e as condições que regularão a sua actividade, e que serão objecto de Regulamento próprio.

### **Estratégia de desenvolvimento a curto/médio prazo**

Através dos projectos de ensino em curso a Universidade do Minho aproximar-se-á dos 18.000 alunos, no final da década, segundo os pressupostos acordados institucionalmente e postos em prática no plano de desenvolvimento (1994-1999).

Perante a realidade dos espaços disponíveis ( e em fase de projecto e de construção) e dada a multiplicidade de cursos de licenciatura e de pós-graduação em desenvolvimento e/ou fase de arranque, torna-se claro que não é possível manter ritmos de crescimento comparáveis aos dos últimos anos.

Em consequência, a moderação do crescimento do número de estudantes, acompanhada de uma melhoria de qualidade dos cursos, da investigação e da gestão, constituem objectivos essenciais que serão assumidos com determinação e rigor, de modo a prevenir situações críticas de funcio-

namento da Instituição. Esta moderação exige uma avaliação rigorosa de novas propostas de cursos de graduação, que não podem simplesmente basear-se numa lógica “corporativa” mas, antes resultar de um claro interesse estratégico institucional.

O planeamento da conclusão das infraestruturas dos campos de Braga e de Guimarães, terá que respeitar esta filosofia, sem que isto signifique qualquer abrandamento no ritmo das obras em curso ou em projecto, procurando-se soluções que melhorem os parâmetros de funcionamento, na base de metas rigorosas, no curto e médio prazos.

A definição de metas e de prioridades, até ao final do mandato a que nos propomos, deve ficar claramente consignada no plano de desenvolvimento da Universidade, presentemente em fase de análise, em consonância com os planos gerais do *campus* de Gualtar e do *campus* de Azurém, já aprovados no Senado.

Como é sabido todo o planeamento da Comissão Instaladora e, mais tarde, as grandes linhas de desenvolvimento traçadas no plano estratégico 1994-99, estão predominantemente cumpridos, (ou em fase de execução), excepto no que se aplica ao projecto de criação de uma Escola de Ciências da Saúde, em Braga, ainda pendente de decisão política.

Dado o elevado interesse social e institucional e as características inovadoras deste projecto, e na sequência de todo o esforço já realizado no seu estudo e concepção, tudo faremos para viabilizar o curso de Medicina e criar as necessárias condições de arranque da construção da Escola da Ciências da Saúde, durante o mandato.

Com estes pressupostos, prevê-se, até ao ano 2002/2003, que este-



jam concluídas, ou em fase de construção, a maioria das infraestruturas que foram objecto de análise no Senado, aquando da apresentação dos planos gerais, de que se destacam as seguintes:

- a) **Campus de Gualtar:** Expansão do edifício das Ciências; Complexo Pedagógico III; Edifícios de Educação e Psicologia e Instituto de Estudos da Criança, de Direito e das Ciências da Saúde; Engenharia 2.ª fase; Associação Académica;
- b) **Campus de Azurém:** Expansão do edifício de Engenharia; Novo edifício de Engenharia; Edifícios de Arquitectura e de Ciências/Ciências Sociais; Pavilhão Desportivo;
- c) **Infraestruturas dos Serviços de Acção Social:** Conclusão do Restaurante universitário de Gualtar; Nova residência para estudantes, em Guimarães; sede dos Serviços em Gualtar;
- d) **Outras infraestruturas:** Pólo II da Biblioteca Pública de Braga; Recuperação do edifício anexo ao Museu Nogueira da Silva.

### 3. Nota final

Num programa de acção em que o candidato se propõe suceder a um Reitor que desenvolveu com tanto sucesso a Universidade, justifica-se um certo detalhe na descrição das principais linhas de orientação desse programa e, igualmente, que o candidato explicita o sentido e o entendimento do exercício das suas competências.

Assim, entende-se que compete ao Reitor eleito dirigir e mobilizar a Universidade – docentes, estudantes e funcionários – à volta de um projecto de futuro, que a todos diz respeito, e que, sem a acção concertada e empenhada de todos, não será possível concretizar com o sucesso desejado.

A dinamização de toda a Universidade e o trabalho em equipa, tendo como núcleo central mais directo a equipa Reitoral e os Presidentes das Escolas e outras Unidades e Órgãos, serão vectores de actuação privilegiada do Reitor eleito.

Ao Reitor compete, também, ser o garante da independência e da autonomia da Universidade, assumindo-se como a instância suprema da coesão institucional, da justiça e da transparência, no exercício do cargo.

Entende-se ainda que o Reitor deve imprimir na Instituição uma dinâmica competitiva e aliada a padrões de excelência, sem nunca deixar de reiterar os princípios universais da ética e da solidariedade.

É seu propósito representar condignamente a Universidade e defendê-la sem transigências, nas mais diversas instâncias.



## NOTA BIOGRÁFICA

### DADOS PESSOAIS

Nome: *Licínio Chainho Pereira*

Nascido em Grândola, Outubro, 1939.

Casado com Isaura da Silva Soares Pereira. Filhos: Rui Miguel e Maria Teresa.

### GRAUS ACADÉMICOS E TÍTULOS

- Engenheiro Químico-Industrial, pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 1965.
- Doutor em Física Molecular (Ph.D) pela Universidade de Nottingham (Inglaterra), 1972, com equivalência a Doutor em Ciências de Engenharia, por todas as Universidades Portuguesas.
- Professor Agregado em Física Molecular pela Universidade do Minho, 1978.  
(aprovado por unanimidade no concurso para Professor Extraordinário, Fevereiro, 1978).

## CARREIRA ACADÉMICA

- Assistente Eventual (1966/69) e Professor Auxiliar (1972/75), na Universidade de Lourenço Marques (Moçambique).
- Equiparado a bolseiro pelo Instituto de Alta Cultura (Outubro de 1969 a Setembro de 1972) no Reino Unido.
- Professor Auxiliar de Física da Universidade do Minho (Janeiro de 1975 a Fevereiro de 1978).
- Professor Extraordinário de Física da Universidade do Minho (de Fevereiro de 1978 a Novembro de 1979).
- Professor Catedrático de Física na Universidade do Minho, desde 1979 e Professor Catedrático de Física, de nomeação definitiva, por unanimidade do Conselho Científico, desde 1982.

## PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

- Autor de cerca de cinco dezenas de publicações, nas especialidades da física molecular, fotofísica/fotoquímica e fotobiologia (com um número de citações da ordem de 300, em publicações especializadas).
- Autor de várias dezenas de publicações nos domínios seguintes:
  - Cooperação Universidade-Empresa e Transferência e Inovação Tecnológica;
  - Educação e Ensino Superior;

- Gestão da Ciência e Tecnologia e Avaliação de Programas e Projectos;
- Educação, Cooperação e Internacionalização do Ensino Superior;
- Mobilidade Académica e Relações Internacionais.

Bolseiro das seguintes Instituições: NATO (NATO research grant); Fundação Calouste Gulbenkian; Ministério da Educação; Fundação António Inácio da Cruz; Câmara Municipal de Grândola.

## PRINCIPAIS CARGOS EXERCIDOS NA U.M.

- Coordenador das Licenciaturas em Ensino da Universidade do Minho, por despacho Reitoral, Abril de 1978.
- Responsável pela linha de investigação de Física Molecular do Centro de Química Pura e Aplicada (CQPA) da UM, de 1978 a 1983.
- Presidente do Conselho de Gestão da Unidade Científico-Pedagógica de Ciências Exactas e da Natureza (actual Escola de Ciências), 1981.
- Presidente da Comissão Directiva do Centro de Química Pura e Aplicada, 1979/1980.
- Vogal da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, Setembro/81 a Fevereiro/82.
- Presidente do Conselho Científico da U.M., Março a Junho de 1982.



- **Vice-Reitor** da Universidade do Minho, desde Abril, 1983, durante os mandatos dos Reitores Professores *Lúcio Craveiro da Silva*, *João de Deus Pinheiro* e *Sérgio Machado dos Santos*. Pelouros principais atribuídos nos vários mandatos:
  - Substituição do Reitor da U. M., com o exercício legal das funções de Reitor, nos casos de ausência ou de impedimento temporário do Reitor, desde 1985, até ao presente.
  - Coordenação das **Unidades Culturais** da U.M., no período de 1983-1990.
  - Coordenação das actividades de **Investigação e Desenvolvimento**, dos programas nacionais e da Comunidade Europeia, desde 1985, até ao presente.
  - Coordenação da **mobilidade académica** e da implementação do ECTS (programa piloto e extensão global do programa), bem como do contrato institucional, do programa Socrates/ERASMUS.
  - Cooperação **Universidade-Empresa**, de que resultou a associação da UM em várias interfaces Universidade-Empresa, designadamente, AURN, IditeMinho, TecMinho, ICTPOL, IDARN, CENESTAP, IGAP, Associação do Parque de Ciência e Tecnologia, 1985-1994.
  - Coordenação institucional dos programas nacionais do **Quadro Comunitário de Apoio** (CIÊNCIA, PRAXIS XXI, PRODEP – medidas 2; 5.1; 5.2 –, PEDIP, FOCO, PAMAF).
  - Responsável pelo pelouro das **Relações Internacionais e Rela-**

ções **Exteriores** da Universidade do Minho (protocolos, convénios, contratos).

- Responsável pela criação do **GAP - Gabinete de Apoio a Projectos** (*University Liaison Office*), da U.M., a funcionar desde 1988.
- Coordenador e “*liaison person*” na “**CRE Evaluation Review**”, da U.M., 1997.

## ACTIVIDADE EDITORIAL

Foi editor/co-editor de diversas publicações, no âmbito das suas actividades:

- a) *Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Regional*, Workshop UM/ /JNICT - A case study - O Minho, U.M., Guimarães, 1985 (edição das conclusões);
- b) *Seminário Internacional da UNESCO*, Evolução Recente das Ciências Políticas, Conclusões, Dep. Legal 28270/89, Braga, 1988;
- c) Proceedings of the *International Workshop, Evaluation Methodologies for Structural Support Programmes for R&D*, editors: L. Chaínho Pereira, T. Higgins e J. Elias de Freitas, Abril 1992, ISBN 972 - 9573 - 00, Braga, Portugal;
- d) *International Conference on Physics Education – Light and Information* – GIREP/93. Editores: L. Chaínho Pereira, J.A. Ferreira e H. Lopes, ISBN 972 - 95737 - 1-9, Braga. 1994;

- e) Editor e Autor dos **relatórios anuais** de Actividades institucionais sobre *I&D, Cooperação Institucional e Relações Internacionais da Universidade do Minho*, relativos a todos os anos, desde 1988 até 1997;
- f) Editor de “*CRE – The Institutional Review of University of Minho, Braga, 1998*”, ISBN: 972 - 95982 - 5 - 8.

#### PRINCIPAIS CARGOS E FUNÇÕES FORA DA U. M.

- Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Vogal da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Faro, de Junho de 1982 a Março de 1983, na Presidência do Professor C. Lloyd Braga.
- Membro do Conselho Coordenador da Formação, por Despacho do Ministro da Educação, 1987/90 (Profissionalização em serviço).
- “*Chairman*” do Seminário Internacional da UNESCO, *Evolução Recente das Ciências Políticas*, 1987.
- “*Chairman*” do Seminário Internacional COMETT, *University enterprise liaison and technology transfer*, Braga, Setembro, 1991.
- “Membro da Comissão de Acompanhamento da OID do Vale do Ave, Despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e Administração do Território, Agricultura, Saúde, Ambiente, Indústria, Emprego e Segurança Social, DR II Série, n.º128 de 5/6/91.

- “*Chairman*” da International Conference on *Physics Education, Light and Information*, GIREP/93.
- Membro do CREST informal Group, da DG XII, Comissão Europeia, por Despacho do Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, 1993. O grupo criado, com representantes de todos os Estados Membros, teve como missão analisar o documento da Comissão Europeia *Management of Community RTD activities – an Agenda for change*, de preparação do IV Programa-Quadro de IDT.
- Membro da comissão executiva dos Seminários sobre Gestão de Ciência e Tecnologia, organizados no âmbito das cinco Universidades da AURN, 1995/96.
- Membro da Direcção Operacional da AURN (Associação das Universidades da Região Norte), 1996/98.
- Membro do Conselho de Orientação do PRELO (*Portuguese Research Liaison Office*) de Bruxelas, 1995/98.
- Membro do Grupo de Missão para acreditação de professores, por Despacho do Conselho de Ministros, 1997/98, em representação do CRUP.
- Membro da comissão de Relações Internacionais, criada no CRUP, presidida pelo Reitor da Universidade de Aveiro, 1996/98.
- Membro da Assembleia Geral do Grupo de Compostela de Universidades, desde a sua conferência fundacional, Setembro/1995, até ao presente.



- Membro, por convite, do Conselho Consultivo, de Ciência e Tecnologia, da Associação Industrial Portuguesa, 1990.
- Membro, por convite, do Conselho Consultivo do Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho, 1997/98.
- Membro, por convite, do *Conference Advisory Panel*, da Conferência “*Credit Accumulation and Transfer System*” (CATS), Derby University, UK, 1998.

#### INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS A QUE ESTÁ ASSOCIADO

- Sociedade Portuguesa de Física;
- Sociedade Portuguesa de Química;
- ACTD – Associação para a Divulgação da Ciência e Tecnologia;
- *European Photochemistry Association* – EPA;
- GIREP – *Groupe International de Recherche sur l'Enseignement de la Physique*;
- *Chemical Society – Faraday Division*.